
A constituição da classe trabalhadora na Primeira República (1889-1930): a produção da noção ideológica de trabalho e educação(*)

*Olinda Maria Noronha(**)*

A questão da construção da identidade de classe do trabalhador, produzida nos enfrentamentos concretos e heterogêneos que a sociabilidade capitalista procura instaurar até o nível das práticas mais cotidianas, vem-se tornando cada vez mais uma tarefa urgente e fundamental para a compreensão da trajetória histórica da classe trabalhadora e do seu papel na história.

Particularmente no caso de países como o Brasil, esse desafio ganha importância e contornos para além da mera tarefa acadêmica de produzir conhecimento. Essa tarefa se torna ainda mais urgente quando se percebe que os movimentos sociais vêm ganhando força e organicidade, em várias instâncias inter-relacionadas, tais como fábricas, periferias, despossuídos, sem-terra, sem-casa etc., deixando entrever que, enquanto a academia se debate em ortodoxias de pensamentos, o movimento dos trabalhadores vai-se autoconstituindo em seu cotidiano.

Há uma tendência generalizada em considerar a classe trabalhadora e a própria história sob uma ótica redu-

cionista e mecanicista, ainda que venha muitas vezes sob o rótulo "milagroso" da dialética.

A partir dessa ótica, os desdobramentos dos papéis e dos caminhos traçados no movimento de constituição da classe trabalhadora têm a tendência a serem delineados por uma perspectiva abstrata e idealizada de classe, que leva a adjetivá-la pela negação, pela imaturidade, pela exclusão do processo histórico ou ainda pela desorganização e passividade. Essas adjetivações trazem, como contrapartida, a necessidade da tutela, seja por uma entidade "demiúrgica" ordenadora (encarnada, por exemplo, num Estado autoritário), seja por uma "vanguarda"

(*) Síntese da pesquisa "A Constituição da Classe Trabalhadora na Primeira República (1889-1930): a Produção da Noção Ideológica de Trabalho e Educação" (convênio INEP/UNICAMP - 52/87). Artigo apresentado originalmente ao INEP/MEC e no painel "Educação e Trabalho", em 08.11.89, durante o evento "Um Século de Educação Republicana", promovido pela FE-UNICAMP.

(**) Professora da Faculdade de Educação — UNICAMP.

que lhe forneça consciência e direção ou, finalmente, por uma perspectiva economista que articula a possibilidade da construção da autonomia do trabalhador dependente de um colapso geral do capitalismo mundial. Todas essas abordagens terminam por retirar o trabalhador da história e, portanto, por negar a ele a sua capacidade objetiva de autoconstituir-se no seu cotidiano correto.

A nível da historiografia mais ampla, quando tratamos de compreender o modo como a classe trabalhadora vai-se autoconstituindo em seus enfrentamentos concretos, estamos procurando manter um diálogo enriquecedor com pensadores vigorosos, como Hobsbawm (1983), Thompson (1979/1987), Rudé (1982), Tronti (1971), Castoriadis (1985), Gramsci (1968), que buscam, em suas análises, reter as contribuições e discutir os limites da herança clássica instituída, no que se refere à compreensão da condição histórica do trabalhador.

A nível da historiografia brasileira, essa questão tem sido objeto de estudo e de preocupação de muitos estudiosos. Apenas para lembrar alguns que procuram romper com a concepção de classe operária como "inexperiente", como "atrasada" ou "desqualificada" para a experiência histórica, ampliando dessa maneira a compreensão e o conceito do que seja classe social, podemos citar, entre outros, Pinheiro e Rall (1981), Carone (1984), Weffort (1972), De Decca (1981), Maroni (1982), Rago (1985), Paoli e Sader (1986).

Esse esforço para resgatar o que tem sido produzido sobre a constituição histórica da classe trabalhadora só tem sentido se está voltado exclusivamente para a busca da correta compreensão histórica da trajetória da experiência de classe do trabalhador, compreensão essa que contribuirá à elaboração de uma "nova síntese". Como diz Tronti (1971: 11): "(...) uma "nova síntese", firmemente em mãos operárias, que arrancará das mãos dos pa-

trões a possibilidade de qualquer ciência".

Como a classe trabalhadora vem-se constituindo ao longo da história onde nem sempre é tratada como protagonista, como interage com a ordenação de mundo, quais são as suas formas de luta, de aceitação do sistema, de resistência e de organização de formas não-ortodoxas de autonomia, estas são questões que se nos apresentam e que nos desinstalam de nossas supostas comodidades científicas.

Buscamos reconstituir a trajetória da classe trabalhadora na Primeira República (1889-1930), principalmente nos setores onde mais se reproduziram as condições para o avanço das relações capitalistas: São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a produção de toda uma "ideologia necessária" a esse avanço, tanto a nível do trabalho quanto da educação. E como a população trabalhadora se colocava nesse processo. Nesse sentido, procuramos tanto reconstituir a identidade da "gente comum" (Rudé, 1982) na história, como de outros segmentos que aspiravam ao poder e se achavam revestidos, portanto, da missão de "civilizar" essa "gente comum" através da educação e do trabalho. Ao fazer esse esforço de compreender como se dava tal embate entre construção do cidadão para a República e construção da identidade de classe do trabalhador, estamos também fazendo uma crítica à ideologia, ampliando e alargando o seu conceito para além daqueles aprisionados na polarização "consciência verdadeira"/"consciência falseada".

Ao fazer isso, procuramos contribuir para o desemparedamento da classe trabalhadora. Sobretudo por considerarmos, como o faz Thompson, que "a classe operária não surgiu como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se (...) que a classe se define a si mesma em seu efetivo acontecer" (Thompson, 1987: 9 e 1979: 34-39).

No sentido de deselitizar “as interpretações sobre o processo de constituição da classe trabalhadora na Primeira República é que se tornou importante recolocar essas questões, que, pensamos, auxiliará a “pôr a nu” a produção ideológica que se fazia necessário elaborar para ocupar o espaço de negação do trabalhador na história.

Na primeira parte desse estudo trabalhamos sobre a herança teórica clássica naquilo que se refere à constituição da identidade de classe do trabalhador. Nesse reexame privilegiamos as contribuições de Marx, Engels e Rosa de Luxemburgo, para, em seguida, ampliar a discussão sobre o tema da ideologia, trabalhando então com Rudé e Gramsci. Todo esse esforço empreendido é justificado, uma vez que o propósito era o de compreender corretamente o que esses pensadores trouxeram de fundamental para a apreensão histórica adequada do movimento inerente à história.

Na segunda parte nos detivemos em analisar a contraposição “novo/velho” na Primeira República e de como esse processo engendrou a produção da noção ideológica de trabalho e educação, nos quadros da sociabilidade que se estruturava, segundo os moldes do capital urbano-industrial (e nos embates com o pólo agrário-comercial-exportador).

É no interior desse processo que procuramos entender como se deu a redefinição dos agentes sociais (principalmente o trabalhador e seus “patrões”); como se colocava como necessidade básica a formação do Estado Nacional com a utopia da homogeneização do povo para a República e com o projeto de disciplinamento do trabalhador para o capital.

É nesse processo que a educação do povo é eleita como tema por vários segmentos da sociedade. Inicialmente, a questão da educação como tema de “salvação nacional”, defendida tanto por aqueles que viam na educação a possibilidade de romper com a hege-

monia do setor agrário, quanto por reformadores sociais que propunham reformas pedagógicas para retirar a população inculta do seu atraso social. Depois, ao final do período, esse tema ganha um conteúdo novo, que é o de formar o trabalhador disciplinado.

No calor desses embates, para a população trabalhadora, principalmente aqueles setores mais organizados, a educação surgia como um dos instrumentos eficazes na luta contra a opressão e na construção da identidade do povo, principalmente na ampliação do leque de oportunidades sociais. Demonstrava, dessa maneira, que a população não descreve uma trajetória meramente pautada na subalternidade e apatia, como alguns segmentos e “intérpretes” gostariam que fosse.

Concordamos com Pinheiro e Hall (1981: 13) quando eles afirmam que “a história social, geralmente, tem negado à classe operária da Primeira República qualquer independência mental.” A “gente comum” é facilmente apresentada como passiva e apática. Se os protestos não assumem as formas que o estudioso considera “corretas”, são tristemente classificados como irracionais ou infantis. Raramente os próprios camponeses e operários, homens e mulheres, são considerados capazes de admitir uma identidade própria. Nunca escolhem, nunca têm consciência política, e os historiadores não hesitam em lhes negar qualquer capacidade de pensamento ou de ação autônoma. Suas revoltas são sempre imaturas, seguem lideranças equivocadas ou se deixam influenciar por ideologias pequeno-burguesas.

Limitando-se a ficar no âmbito de uma referência tão restrita e reducionista como essa, termina-se por incorrer numa abordagem simplista, que leva à polarização da sociedade em classes opostas. Sendo que essas classes opostas, antagônicas e incomunicáveis, exerceriam o efeito inexorável de uma sobre a outra, ou seja, da classe supostamente dominante sobre a su-

postamente dominada. E esta última, por sua vez, estaria condenada a uma “falsa consciência”. Além disso, superestima-se a competência da primeira em universalizar uma visão particular de mundo, seja pela repressão explícita, seja pela sofisticação dos mecanismos de controle. Tal perspectiva polariza a análise, desconhece o movimento da história e empareda as “classes” em seus “lugares próprios”, impedindo que a compreensão das relações que se estabelecem na prática concreta sejam percebidas, consideradas e tratadas cientificamente.

Torna-se necessário, portanto, superar aquelas leituras apressadas que colocam os agentes sociais como sujeitos excludentes para começar a entender a maneira como as relações são produzidas num mesmo processo histórico, com projeto e direções antagônicas, mas no interior de uma mesma sociabilidade.

Uma vez guardados esses cuidados metodológicos, podemos começar a enxergar a história de modo não-mecanicista e a perceber, então, a construção de todo um processo de autoconstituição da identidade de classe de grupos aparentemente “desorganizados” ou “sem direção”. Passamos a perceber que a atitude reformista, civilizadora e moralizadora da nação, ao eleger a educação como tema de “salvação nacional”, fazia convergir interesses antagônicos: o de setores das elites modernizantes, que viam na educação das massas um veículo político de mudança do eixo homogêneo, de agrário-exportador para urbano-industrial; o de segmentos amplos da população, que viam no acesso à educação escolar um instrumento de ascensão social e de negação do trabalho manual; o de segmento da pequena burguesia em processo de formação, que via na educação uma ferramenta para preparar o trabalhador disciplinado; o de setores mais combativos dos trabalhadores, que viam na educação uma ferramenta eficaz na luta contra a opressão, a

ponto de pensar e colocar em prática os seus próprios meios educativos, além de denunciar continuamente as péssimas condições das escolas e do ensino e de criticar a política educacional do período; o de reformadores sociais que, através dos seus projetos pedagógicos reformistas, respondiam muito mais ao *aggiornamento* das massas do que dos conflitos sociais latentes em suas práticas.

O tema educacional não é, portanto, “propriedade” de nenhum grupo, nem segue uma trajetória homogênea e exclusivamente articulada aos interesses de um segmento da sociedade. Está multiplamente articulada a interesses muitas vezes excludentes.

A tematização da educação como “salvadora” e civilizadora da “população inculta” e “despreparada” para a República recém-implantada vai gradativamente cedendo lugar à tematização da educação como disciplinadora do trabalhador, ao final do período. Esse deslocamento não se deu sob a forma de ruptura, mas de uma ênfase maior no aspecto disciplinador que um sistema de ensino diversificado poderia ter sobre a distribuição desigual dos indivíduos na sociedade, procurando predeterminar o lugar específico que cada um deveria ocupar na pauta da estratificação ocupacional, bem como a constituição de uma “cidadania” regulada pelo nível de inserção nessa pauta.

Tanto a tematização da educação como “salvadora” da nação quanto a educação “disciplinadora” do trabalho não ocorrem de forma poderosa e inexorável para o povo, a “gente comum”, obtendo os efeitos previstos pelos grupos que as pensam. Antes, esses projetos expressam a manifestação do movimento contraditório que caracteriza as relações que se estabelecem numa dada sociedade, num dado período histórico.

Dessa maneira, a ideologia do trabalho e a ideologia da educação não devem ser consideradas como algo incul-

cado eficazmente de fora. Elas são, antes, produzidas nos embates concretos que se dão no interior da forma de sociabilidade capitalista em processo naquele momento. Essa "gente comum", os grupos anônimos e nem sempre documentados de indivíduos, *fazem a sua própria história* no conjunto de relações que se estabelecem com outros grupos freqüentemente "nominados" pela história convencional. Essas "gentes" constituem sujeitos ativos da história e "a dominação não é um pacote pronto que, dominado, os indiferenciados engolem porque não têm outras perspectivas pela frente" (Paoli, s/d: 19; Paoli et alii, 1983).

Na tarefa de "fabricar o trabalha-

dor" que constituía uma das essências dos empreendimentos educativos, no final do período (e nos que se seguiram), a luta entre os antigos modos de vida e a nova disciplina em implantação foi (e tem sido) dura e prolongada, demonstrando a tensão e a resistência da "gente comum" na construção da sua identidade de classe, "definindo-se enquanto tal, em seu efetivo acontecer", em seu existir cotidiano, na sua luta diária contra condições que lhe são adversas e que levam essa gente a terminar por interpretar a sua própria condição social à revelia das dos projetos sociais das instituições, dos partidos e até das interpretações teóricas que possamos construir sobre elas.

Referências bibliográficas

- CARONE, E. *A República Velha*. São Paulo, Bertrand Brasil, 1988.
- CASTORIADIS, C. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DE DECCA, E. 1930: *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- HOBSBAWM, E. J. *Os Trabalhadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GRAMSCI, A. *Introdução à Filosofia da Práxis*. Lisboa, Antídoto, 1978.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- MARONI, A. *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- PAOLI, M. C. (et. alii). "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico", *Revista Brasileira de História*, 3(6), set. 1983.
- _____. *Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros*, mimeo, s/d.
- _____. e SADER, E. "Classes Populares no Pensamento Sociológico Brasileiro", in *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- PINHEIRO, P. S. e HALL, M. *A Classe Operária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987 (vols. I, II e III).
- _____. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Buenos Aires, Grijalbo, 1979.
- TRONTI, M. *Operários e Capital*. Porto, Edições Afrontamento, 1971.
- WEFFORT, F. "A Cidadania dos Trabalhadores", in *Direito, Cidadania e Participação* [Bolívar Lamounier et alii (orgs.)]. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.

Resumo A questão da construção identidade de classe do trabalhador vem-se tornando cada vez mais uma tarefa urgente e fundamental para a compreensão da trajetória histórica da classe trabalhadora e do seu papel na história.

Há uma tendência generalizada em considerar a classe trabalhadora e a própria história sob uma ótica reducionista e mecanicista, ainda que venha muitas vezes sob o rótulo "milagroso" da dialética. A partir dessa ótica, os desdobramentos dos papéis e dos caminhos traçados no movimento de constituição da classe trabalhadora têm a tendência a serem delineados por uma perspectiva abstrata e idealizada de classe.

Buscamos reconstruir a trajetória da classe trabalhadora na Primeira República (1889-1930), nos setores mais avançados das relações capitalistas (São Paulo e Rio de Janeiro), bem como a produção de toda uma "ideologia necessária" a esse avanço, tanto ao nível do trabalho quanto da educação.

Palavras-chaves: constituição da classe trabalhadora no Brasil da Primeira República; ideologia e educação; capitalismo e educação; classe trabalhadora e Primeira República; classe trabalhadora e educação; ideologia e trabalho.

Abstract The constitution of the working class during the First Republic (1889-1930): the production of the ideological concept of work and education

The problem of identity construction of the working class is becoming an urgent and fundamental task for the understanding of the historical development of the working class and of its role in history.

There is a generalized trend to consider the working class and even history in a reductionist and mechanistic perspective even by those who profess the dialectical creed. From this standpoint, the unfolding of the roles and ways traced in the movement of constitution of the working class have a tendency to be delineated by an abstract and idealized perspective of class.

We try to reconstruct the historical development of the working class during the First Republic (1889-1930) in the more advanced sectors of the capitalist relations (São Paulo and Rio de Janeiro), as well as the production of the "needed ideology" for this advance, both at work and education aspects.

Descriptors: constitution of the working class in Brazil of the First Republic; ideology and education; capitalism and education; working class and First Republic; working class and education; ideology and work.